

Dívida: a articulação credores privados/governos

externa

A decisão do Citicorp de aumentar em US\$ 3 bilhões as suas reservas para cobrir eventuais perdas em sua carteira de empréstimos internacionais, anunciada nesta semana, é inusitada pelos padrões bancários americanos, mas não chega a ser fora de propósito. Sendo uma organização intimamente relacionada há décadas com a América Latina, e particularmente com o Brasil, do qual é o principal credor privado, o Citicorp naturalmente dispõe de informações precisas sobre a situação real dos diversos países devedores e, se possui condições de proteger-se na medida do possível, não há por que não fazê-lo.

O principal problema que a decisão cria é estabelecer um precedente para outros grandes e médios bancos dos Estados Unidos, que não teriam meios para elevar as suas reservas específicas na proporção feita pelo Citi (os recursos do banco para a cobertura de inadimplências internacionais orçam agora quase US\$ 5 bilhões). Caso as circunstâncias venham a exigir que outros ban-

cos privados tenham de tomar idêntica providência, não é difícil imaginar que o Federal Reserve Board (Fed) dos EUA venha a instituir financiamentos ou outro esquema para facilitar a adaptação.

Por aí se vê que a iniciativa do Citi está longe de significar que os bancos credores podem atravessar a crise atual com suas próprias forças. Talvez um ou outro seja capaz da proeza, mas a evidência dos fatos é que o impasse atual não poderá ser superado sem uma participação ativa dos governos dos países industrializados para evitar sérios abalos ao sistema monetário internacional.

Para o Brasil, que vem insistindo nessa tese desde a decretação da moratória, em fevereiro — e não foi por outro motivo que, antes de negociações com banqueiros privados, o então ministro Dilson Funaro manteve contatos diretos com os governos dos países credores —, a decisão do Citi nada muda. Pode-se alegar que, em futuras negociações, o fortalecimento da posição de reservas dos bancos credores os levaria a to-

mar atitudes mais duras. Mas resta saber se a iniciativa do Citi será ou não isolada e, caso venha a ser seguida por outros bancos, em que condições isso vai ocorrer.

O que tudo está a indicar nessa altura é que a elevação de reservas pelo Citicorp não representa um ato de hostilidade aos países devedores latino-americanos e, especificamente, ao Brasil (a instituição teve inclusive o cuidado de enviar uma carta explicativa ao presidente José Sarney, entregue pelo presidente de sua subsidiária brasileira ao ministro da Fazenda). A iniciativa faz presumir, no entanto, que os bancos credores não esperam que as negociações com o Brasil possam ser concluídas dentro de poucos meses, já que demandam uma articulação mais estreita entre governos e instituições privadas para se encontrar uma saída.

Esta não é, repetimos, uma hipótese irrealista. Com efeito, os credores oficiais e privados são mais solidários do que procuram fazer crer. Um exemplo claro foi recentemente citado pelo minis-

tro Luiz Carlos Bresser Pereira: depois do acordo a que chegou o País em janeiro com os governos representados no Clube de Paris, a expectativa brasileira era de que fosse retomado o fluxo de créditos dos bancos oficiais das nações credoras. Isso, porém, não ocorreu e essa atitude não pode deixar de ser relacionada à suspensão em fevereiro dos pagamentos dos juros sobre os empréstimos privados. Com a redução das reservas cambiais, o Brasil poderia ser levado a suspender também os pagamentos dos juros sobre os financiamentos oficiais, mas o governo, garantiu o ministro, não pensa em fazê-lo no momento.

Mas, de qualquer forma, esse é mais um indício de que as negociações não podem mais limitar-se ao âmbito dos bancos privados. De imediato, o que cumpre ao Brasil fazer é o que está sendo feito: elaborar um programa de metas macroeconômicas no horizonte dos próximos três a quatro anos como ponto de partida para as negociações amplas que se esboçam.